
**FUNDAÇÃO RANGEL DE
SAMPAIO**

**RELATÓRIO E CONTAS
ANO 2017**

Aprovado pelo Conselho Diretivo em 31 de Março de 2018

Faculdade de Direito - Universidade de Coimbra



Introdução e destaques



Handwritten signature and initials in blue ink, possibly reading 'F. Rangel' and 'T. L. C. M.'.

O Relatório de Gestão e Contas da Fundação Rangel de Sampaio pretende sintetizar a informação mais relevante da atividade da Fundação Rangel de Sampaio em 2017, produzindo informação para a avaliação, interna e externa, do seu desempenho na sua área de missão (mecenato no ensino e ação social).

Na estrutura organizacional, foi nomeado no mês de Fevereiro do ano 2017 um novo elemento no Conselho Diretivo. A Doutora Ana Raquel Gonçalves Moniz substituiu o Doutor Luís Pedro Chaves Rodrigues da Cunha.

No decurso do ano 2017, a Fundação Rangel de Sampaio efectuou uma alteração estatutária passando a ser uma Fundação Privada de Direito Privado, deixando assim no final deste ano 2017 o perímetro Estatal como Entidade Pública Reclassificada.

Como consequência da alteração estatutária, foram nomeados novos corpos sociais.

Financeiramente, e dado que a atividade da Fundação é em muito autofinanciada pela rentabilização e aplicação dos seus recursos, em boa parte financeiros, a aceleração gradual da actividade económica mundial afetou de maneira positiva os resultados da Fundação, tendo sido definida uma política baseada na cautela, durante o exercício de 2017, mantendo-se o reajuste efectuado no exercício anterior pela Fundação em termos de gestão de custos.

Em termos de ação social, deu-se continuidade à prossecução das políticas constantes em anos anteriores, por forma a dar continuidade ao mecenato e fins estatutários da Fundação Rangel de Sampaio.

5
Fiscal

Estrutura

A estrutura da Fundação Rangel Sampaio no presente ano foi a seguinte:

Órgãos Sociais - Ano 2017 (até 19/12/2017)

Presidente Conselho Diretivo
Doutor Rui Manuel de Figueiredo Marcos
Vogal Conselho Diretivo
Doutor Filipe Miguel Cruz de Albuquerque Matos
Vogal Conselho Diretivo
Doutora Ana Raquel Gonçalves Moniz

* A Doutora Ana Raquel Gonçalves Moniz substituiu em 23/02/2017 o Doutor Luís Pedro Chaves Rodrigues Cunha

Órgãos Sociais - Ano 2017 (após alteração estatutária 19/12/2017)

Conselho de Administração:

Professor Doutor Rui Manuel de Figueiredo Marques (Presidente)
Professor Doutor António Pinto Monteiro (Vogal)
Professor Doutor João Paulo Remédio Marques (Vogal)
Professor Doutor Filipe Miguel Cruz de Albuquerque Matos (Vogal)
Professor Doutor Francisco Manuel Brito Pereira Coelho (Vogal)

Conselho Executivo:

Professor Doutor Rui Manuel de Figueiredo Marques (Presidente)
Professor Doutor Filipe Miguel Cruz de Albuquerque Matos (Vogal)
Professor Doutor Francisco Manuel Brito Pereira Coelho (Vogal)

Conselho Fiscal:

Professor Doutor Manuel Carlos Lopes Porto (Presidente)
Professor Doutor José Casalta Nabais (Vogal)
Professora Doutora Ana Mafalda Castanheira Neves Miranda Barbosa (Vogal)

Conselho de Curadores:

Professor Doutor Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (Presidente)
Professor Doutor António dos Santos Justo (Vogal)
Professor Doutor José Manuel Aroso Linhares (Vogal)

D

Fv/GM

Investimentos Financeiros – Análise de conjuntura

Dada a importância desta rubrica na sustentabilidade e garantia dos fins da Fundação Rangel Sampaio, segue uma memória descritiva que analisa o cenário económico no ano 2017 efetuada pelo banco BPI, no seu relatório de gestão da carteira de investimentos da Fundação:

Conjuntura Macroeconómica

Os indicadores económicos globais confirmaram a manutenção de um cenário de aceleração gradual da actividade económica mundial, com a recuperação do consumo e do investimento nos países desenvolvidos e emergentes. Neste contexto, os indicadores macroeconómicos da economia portuguesa evoluíram muito favoravelmente ao longo de 2017, com o PIB a crescer perto de 3%, a taxa de desemprego a aproximar-se dos 8% e com os custos de financiamento da dívida pública e privada a cair fortemente, beneficiando com a subida do rating.

Durante o ultimo trimestre do ano, a Reserva Federal norte-americana elevou a taxa directora pela terceira vez em 2017 para 1.5% e iniciou o processo de redução do balanço, através da redução dos reinvestimentos dos títulos que atingem a maturidade e o BCE anunciou a redução das compras de obrigações, de 60 mil milhões para 30 mil milhões de euros, com efeitos a partir de Janeiro de 2018.

Nos EUA foi aprovado um plano de estímulos fiscais que já originou revisões em alta das projeções da Fed para o crescimento económico em 2018. No plano político as eleições na Catalunha tiveram um resultado complexo e em Itália o parlamento foi dissolvido e marcadas eleições legislativas para Março do próximo ano.

Em 2018 é esperado que a actividade económica se mantenha robusta, suportada por políticas monetárias acomodaticias, principalmente na Europa e no Japão, por elevados níveis de confiança dos agentes económicos e por políticas fiscais expansionistas.

Mercados Accionistas

Em 2017, o índice acionista global valorizou 7.5% em euros . O mercado de acções europeu terminou o ano com uma valorização de 13.7%, suportado pelo crescimento económico, pela redução do risco político e pela melhoria dos resultados das empresas. Em Portugal o PSI20 subiu 15.2%, beneficiando do o crescimento dos resultados e melhoria dos custos de financiamento. O DAX alemão valorizou 12.5% e o IBEX35 espanhol 7.4%, apesar da incerteza gerada pelo referendo na Catalunha.

Nos EUA, o principal índice (S&P500) subiu 19.4% em dólares, atingindo novos máximos, suportado pelo crescimento de resultados e pela desvalorização do dólar e com o sector de tecnologias de informação a destacar-se pela positiva. O índice MSCI Emerging Markets em dólares valorizou 37.8% no ano e as acções da Ásia Emergente estiveram em evidência, tendo o índice MSCI Emerging Markets registado uma subida de 43.3% (em USD) suportadas pela forte apreciação das empresas tecnológicas do índice.

Mercados Obrigacionistas

Em 2017, o índice de obrigações de dívida pública da Zona Euro manteve-se praticamente inalterado (+0.2%) e o dos Estados Unidos valorizou 2.4% devido à queda da yield das emissões com maturidades longas. As obrigações de mercados emergentes estiveram novamente em destaque, com uma valorização de 8.3% no ano, beneficiando do forte

5
F
Taisa

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e Serviços Prestados		0,00	0,00
Subsídios, Doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos Inventários da Produção		0,00	0,00
Trabalhos Para a Própria Entidade		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e Serviços Externos	17	-36.746,63	-23.422,53
Gastos Com o Pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de Justo Valor	8+17	25.889,74	-91.019,40
Outros Rendimentos	8+17	123.829,02	200.845,81
Outros Gastos		-51.378,99	-75.022,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		61.593,14	11.381,40
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	4	-10.759,28	-10.759,28
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		50.833,86	622,12
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	8+17	1.136,48	27,06
Juros e Gastos Similares Suportados	17	-13.501,31	-10.682,90
Resultado antes de impostos		38.469,03	-10.033,72
Imposto Sobre o Rendimento do Período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		38.469,03	-10.033,72

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N

FUNDAÇÃO RANGEL DE SAMPAIO
 FACULDADE DE DIREITO UNIV. COIMBRA
 3004-545 COIMBRA
 Contribuinte: 500122261

Exercício: 12/2017

Pág. 1 de 1

T. G. G. G.

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe									
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO - 2016	1			2.001,11	4.519.262,97			5.419,04	4.526.683,12		4.526.683,12
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção do novo referencial contábilístico											
Alterações de políticas contábilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização					5.419,04			-5.419,04	0,00		0,00
Excedentes de revalorização					5.419,04	0,00	0,00	-5.419,04	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	2	0,00	0,00	0,00	5.419,04	0,00	0,00	-5.419,04	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-10.033,72	-10.033,72		-10.033,72
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							-15.452,76			-10.033,72
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, Doações e Legados											
Distribuições											
Outras operações											
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO - 2016	6=4+5	0,00	0,00	2.001,11	4.524.682,01	0,00	0,00	-10.033,72	4.516.649,40	0,00	4.516.649,40

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe									
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO - 2017	1	0,00	0,00	2.001,11	4.524.682,01	0,00	0,00	-10.033,72	4.516.649,40	0,00	4.516.649,40
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção do novo referencial contábilístico											
Alterações de políticas contábilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	2	0,00	0,00	0,00	-16.066,82	0,00	0,00	10.033,72	-6.033,10	0,00	-6.033,10
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							38.469,03	38.469,03		38.469,03
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							48.502,75			32.435,93
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, Doações e Legados											
Distribuições											
Outras operações											
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO - 2017	6=4+5	0,00	0,00	2.001,11	4.508.615,19	0,00	0,00	38.469,03	4.549.085,33	0,00	4.549.085,33

Unidade monetária (1)

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

F
10.6.11

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

1 – Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade: Fundação Rangel de Sampaio – NIF 500 122 261

1.2 - Sede: Pátio da Universidade – Faculdade de Direito Universidade Coimbra – 3004-545 Coimbra

Telefone: +351 239 859 801/02

Fax: +351 239 823 353

Endereço eletrónico: rsampaio@fd.uc.pt

Página da internet: <http://www.uc.pt/fduc/frs>

1.3- Natureza da atividade: Fundação com fins de de contribuição para a difusão e transferência do conhecimento nos mais diversos domínios, em interligação com a sociedade, não só a nível nacional, mas também internacional em ligação com a Universidade de Coimbra.

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As demonstrações Financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector no lucrativo (ESNL) DL n.º36-A/2011 de 9/03.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho; e

Normas Interpretativas (NI).

Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem as adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade devesse recorrer, tendo em vista tao somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

a) As NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) As Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;

c) As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do Período anterior.

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large '9' and the name 'Tilger'.

regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro com as ressalvas constantes das notas abaixo na mensuração das respectivas taxas de depreciação por classe.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas no exercício foram (em %):

Edifícios e outras construções - 2,00%

Equipamento básico - 2% (*considerados maioritariamente como elementos habitacionais indistintos ao edifício e de valor materialmente irrelevante*)

- Imposto sobre o rendimento

A Fundação Rangel de Sampaio encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) ao abrigo do art.º 10 do respetivo código.

- Meios financeiros líquidos

Este item inclui depósitos à ordem e depósitos a prazo.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

A conta 2784 regista o valor remanescente devido referente ao projeto da construção da futura biblioteca da faculdade de Direito da U.C. A conta 2785 regista a 31/12/2017 o valor de cheques de bolseiros (e do condomínio do imóvel sito na Elisio de Moura) não descontados à data no banco.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

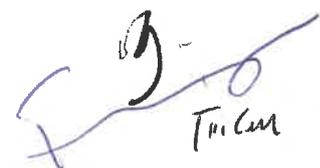
Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurado, ser provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até a maturidade.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Nas lacunas das normas referidas, foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro Gerais como referenciado no ponto 2. Foi solicitado parecer à O.C.C. acerca de qual a classificação adequada para a carteira da Fundos de Investimento detida pela Fundação Rangel de Sampaio, em função da respectiva resposta, reclassificou-se a mesma por transferência entre a conta 415 e a conta 1421. Também foi solicitado parecer à O.C.C. acerca de qual a classificação adequada para as moedas de ouro detidas em cofre, sendo que entendeu-se seguir o parecer criando uma conta de classe zero (livre) no balancete e transferir o montante da conta 142101 para essa mesma nova conta de classe livre (011).



 Tm Cam

- Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão teve como base a aplicação de políticas contabilísticas referidas nas NCRF. Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

- Ativos fixos tangíveis

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos Biológicos	Outros AFT	AFT em Curso	Adiantamentos/AFT	Total
Valor Bruto no início	0,00	538.824,46	1.340,00	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	557.733,50
Depreciações Acumuladas	0,00	177.105,43	402,00	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	195.076,47
Saldo no início do período	0,00	361.719,03	938,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362.657,03
Variações do período	0,00	-10.732,48	-26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.759,28
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	10.732,48	26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.759,28
Depreciações do período	0,00	10.732,48	26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.759,28
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	0,00	350.986,55	911,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	351.897,75
Valor bruto no fim do período	0,00	538.824,46	1.340,00	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	557.733,50
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	187.837,91	428,80	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	205.835,75

(valores em Euros)

4.1 - Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos, conforme decreto-regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro com as ressalvas constantes das notas abaixo na mensuração das respectivas taxas de depreciação por classe.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas no exercício foram (em %):

Edifícios e outras construções - 2,00%

Equipamento básico - 2% (considerados maioritariamente como elementos habitacionais indistintos ao edifício de valor materialmente irrelevante)

8 - Rédito

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

8.1.a) - Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.


 T. C. M.

16. – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

16.1 – Informação por actividade económica e por mercado geográfico

Rubrica	CAE 1 - 2017	CAE 2 - 2017
Vendas	0,00 €	
de Mercadorias	0,00 €	
Prestações de serviços	0,00 €	
Ganhos por aumentos de justo valor	60.942,89 €	
Outros Rendimentos e Ganhos	123.529,55 €	299,47 €
Juros	1136,48 €	
Compras	0,00 €	
Fornecimentos e serviços externos	36.746,63 €	
CMVMC	0,00 €	
Mercadorias	0,00 €	
MP's, Subsidiárias e de Consumo	0,00 €	
Gastos com Pessoal	0,00 €	
Remunerações	0,00 €	
Outros Gastos	0,00 €	
Activos Fixos Tangíveis	351.897,75 €	
Valor líquido final	351.897,75 €	
Propriedades de Investimento	0,00 €	

* MERCADO GEOGRÁFICO: Todos os itens acima se referem ao mercado nacional.

16.2 – Decomposição e movimento dos Fundos Patrimoniais

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade mãe									
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO - 2017	1	0,00	0,00	2.001,11	4.524.682,01	0,00	0,00	-10.033,72	4.516.649,40	0,00	4.516.649,40
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	2	0,00	0,00	0,00	-16.066,82	0,00	0,00	10.033,72	-6.033,10	0,00	-6.033,10
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							38.469,03	38.469,03		38.469,03
RESULTADO INTEGRAL	4+2+3							48.502,75			32.435,93
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO - 2017	6+1+2+3+5	0,00	0,00	2.001,11	4.508.615,19	0,00	0,00	38.469,03	4.549.085,33	0,00	4.549.085,33


 The Cur

17.2 - Discriminação de outras contas a pagar e a receber

Conta	Rubrica	Saldo 31/12
2721	Devedores por acréscimo de Rendimentos	14.998,02 €
27211	Devedores por acresc. Rendimentos - Juros a receber	14.998,02 €
27212	Devedores por acresc. Rendimentos - Rendas a cobrar	0,00 €
2722	Credores por acréscimo de gastos	-6.227,18 €
27229	Outros (incl.Com. Performance e Gestão)	-6.227,18 €
278	Outros devedores e credores	-479.187,42 €
2782	Rendas em dívida	0,00 €
2784	Gestão Futura Biblioteca FDUC	-478.009,87 €
2785	Out. Dev. e Cred. - Bolsas/BPI	-1240,05 €
2786	Out. Dev. e Cred. - Cond. Fundo Comum	0,00 €
2787	Out. Dev. e Cred. - Cofre BPI 262	62,50 €
2783	Outros devedores e credores - Cob. Duvidosa	0,00 €
279	Perdas por imparidade acumulada	0,00 €

17.3 - Discriminação dos diferimentos

Conta	Rubrica	Saldo 31/12
281	Gastos a reconhecer	0,00 €
2811	Gastos a reconhecer - Cond./Seguros	0,00 €
282	Rendimentos a reconhecer	-65.696,18 €
2821	Rendimentos a reconhecer - Rendas antecip.	-7.196,18 €
2822	Rendimentos a reconhecer - Bolsas / Premios atribuir	-58.500,00 €

17.6 – Instrumentos Financeiros

Relativamente aos instrumentos financeiros, estão valorizados ao justo valor com evidência de informação fiabilizada pelo Banco BPI e respectivas cotações de moeda externa valorizados ao câmbio do Banco de Portugal disponibilizada em extratos valorizados numa base de cotação mensal, anexos a este relatório conjuntamente com toda a informação contabilística num total de 2.629.740,88 € divididos da seguinte forma:

Conta	Rubrica	31-12-2017
14211	Activos Financ. - Fund.Inv.	959.268,82 €
14212	Activos Financ. - Papel Comercial	50.000,00 €
14213	Activos Financ. - Carteira de Titulos	1310.735,31€
14214	Activos Financ. - Fundos Flex.	205.946,14 €
14215	Activos Financ. - Fundos Imob.	103.790,61€
Total		2.629.740,88 €

17.7 - Fluxos de caixa

Comentário do órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço, a 31 de dezembro de 2017, estão disponíveis para uso.

17.8 - Valores em caixa e depósitos bancários

Conta	Rubrica	31-12-2017
11	Caixa	299,65 €
12	Depósitos à ordem	156.228,01 €
13	Depósitos a prazo	1.943.578,77 €

1) Contas 12 e 13 contêm valor de contrapartida parcial correspondente à conta 2784 – Aux. 42 (vide Nota 3.1)

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto.

17.9 - Acontecimentos após a data do Balanço

Nada a referir

17.10 - Autorização para emissão

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração para emissão em 31 de Março de 2018.